

TAIWAN: WASHINGTON CONSEGUIRÁ FORÇAR PEQUIM A COMETER UM ERRO?

Por Daniel Schaeffer*



O porta-aviões chinês Liaoning (Reuters).

Uma guerra contra a China, direta ou via proxies, visaria reduzir o poder chinês, com o objetivo de manter a hegemonia global dos EUA. Esta é a armadilha de Tucídides.

Assim que começou a invasão russa da Ucrânia, a imprensa internacional, assim como a nacional, estabeleceu mecanicamente um paralelo com a questão da República da China, Taiwan, frente à República Popular da China (RPC). A transposição intelectual é tentadora por causa de uma situação que em vários pontos se assemelha àquela que opõe a Rússia à Ucrânia, tendo como pano de fundo o apoio americano a Kiev, assim como a Taipé.

O melhor é fugir dessas analogias e limitar-se ao teatro do Extremo Oriente, que já é bastante complicado, pois as tensões entre os beligerantes na linha de frente não se limitam à questão única da ilha de Taiwan, suas dependências e do estreito, mas também a todo o seu entorno representado pelos mares do Sul e Leste da China, das Filipinas e do lado do Oceano Pacífico. Tudo é inseparável.

Por que presságios tão terríveis em todo o Extremo Oriente, cuja situação geral é oficialmente considerada “estável” por Pequim, uma hipérbole que tenderia a fazer as pessoas acreditarem que a paz reina na região? Na verdade, se há estabilidade, reside nas tensões permanentes e nas incertezas preocupantes sobre uma transição da China comunista para um ato de guerra contra Taiwan, uma possível intervenção americana para contrapô-la, entrada no conflito no Japão e

nas Filipinas, vítimas parciais de danos colaterais, e até mesmo a reação da Coreia do Sul e os outros países da ASEAN. E para além disso, pela insistência de alguns países que defendem um envolvimento mais forte da OTAN no Indo-Pacífico, está se configurando para a França, ela própria membro da organização, mas também uma potência regional, o risco de um conflito que não seria do seu interesse.

De qualquer forma, o epicentro da tensão está de fato localizado em Taiwan e seu ambiente marítimo próximo, uma grande questão global entre a República Popular da China e os Estados Unidos.

TAIWAN, UMA QUESTÃO POLÍTICA

É antes de tudo uma questão política, mais para a China do que para os Estados Unidos. Pequim fez da reunificação, ou unificação segundo alguns exegetas, uma questão de princípios. Por esta escolha semântica, estes últimos parecem esquecer que em 1683 Formosa entrou definitivamente no seio de uma China imperial sob o domínio dos Manchus, estes “bárbaros” do Norte que conseguiram instalar seu poder no trono imperial Han na sequência de uma invasão bem-sucedida na primavera de 1644, contra uma dinastia Ming em processo de perda do “mandato do Céu”.

A adesão de Taiwan à China foi aliás admitida por todos os Estados que, a partir de 1964, primeiro a França, e depois os Estados Unidos, o Japão, entre outros, reconheceram oficialmente a RPC e a conduziram, a 25 de outubro de 1971, a ocupar o lugar da China Nacionalista na ONU e substituí-la como membro permanente do Conselho de Segurança.

Hoje são territorialmente duas Chinas que se enfrentam, ainda em situação de guerra interna desde 1949, quando a população partidária do nacionalista Chiang Kai-shek e suas tropas esmagadas no continente pelas de Mao Zedong se refugiaram na grande ilha e seus anexos, dois dos quais a dois passos do continente. É este passado que explica por que Pequim está tão empenhada em recuperar este território. E são os reconhecimento de outros países do mundo que deram à República Popular da China sua vitória política sobre o assunto.

OS ESTADOS UNIDOS AINDA NÃO ENTENDERAM

Dito isso, os Estados Unidos não aceitam e continuam pressionando para que Taipé declare sua independência. Essa pressão foi especialmente intensa sob o governo Trump, cujo secretário de Estado, Mike Pompeo, pouco antes da volta ao poder pelos democratas em janeiro de 2021, rompeu com as posições de reserva até então observadas nas relações entre Washington e Taipé depois de 1º de janeiro de 1979, data do reconhecimento da República Popular da China pelos EUA. Abre-se agora a possibilidade de diplomatas americanos entrarem em contato direto com as autoridades taiwanesas. Mais tarde, em 4 de março de 2022, fora do cargo oficial, ele apelou, durante sua primeira viagem a Taiwan, para que o governo Biden reconhecesse oficialmente a República da China.

Sob Joe Biden, a pressão americana para levar a ilha a uma declaração unilateral oficial de independência diminuiu. Mas persiste com o apoio à atual presidente Tsai Ing-wen, cujo Partido Democrático Progressista (PDP) tem fortes aspirações de independência. No entanto, isso é desaprovado em cerca de 75% de uma população que, sob vários matizes, prefere manter o *status quo* entre os dois Estados chineses a proclamar unilateralmente a independência¹.

Para Pequim, isso constituiria de fato um autêntico *casus belli* e os taiwaneses sabem disso. Os ilhéus preferem continuar vivendo com uma espada de Dâmocles sobre suas cabeças e em paz, do que serem invadidos por vizinhos belicosos, até porque muitos industriais taiwaneses também investiram no continente, principalmente na vizinha província de Fujian. Os possíveis corredores de diálogo continuam existindo entre as duas margens do estreito. As negociações conduzidas por governos nacionalistas anteriores com vistas à reunificação poderiam, portanto, muito bem ser retomadas, mesmo que isso signifique fazê-las durar para sempre.

Mas, no início de 2023, a presidente teria sentido o assobio do vento das balas? Em seu discurso de Ano Novo, o tom do *slogan* usual do PDP, “contra e China para proteger Taiwan” torna-se “paz para proteger Taiwan”², o suficiente para contemporizar um pouco com o Imperador Vermelho. De qualquer forma, enquanto Taiwan não se declarar independente e os Estados Unidos deixarem de pressionar pelo resultado contrário, o *status quo*, que já dura setenta e três anos, poderá continuar por muito tempo, mesmo que no nível estratégico a situação seja, ao contrário do que parece, muito incômoda para Pequim.

MANOBRAS DE INTIMIDAÇÃO MILITAR CHINESA

Mas como os americanos ainda não entenderam, ou não querem entender, a consequência de sua estratégia de influência em Taipé se reflete, desde pelo menos 2020, na intensificação das incursões da aviação chinesa, por vezes maciças, à margem do espaço aéreo taiwanês, sem nunca entrar nele até o momento. Há também manobras navais nos mares da China Meridional e Oriental, muitas vezes com fogo real, bem como exercícios de lançamento de mísseis. A manifestação mais ameaçadora do descontentamento comunista foi em retaliação à visita de Nancy Pelosi, presidente da Câmara dos Deputados dos EUA, a Taiwan em 3 de agosto de 2022, com uma manobra maciça de cerco à ilha, no dia 4 de agosto seguinte, com o lançamento de onze mísseis que caíram em quatro áreas demarcadas em seis campos de treinamento pré-definidos para a condução de operações navais simuladas³. E desde então, em um grau e ritmo um pouco

¹ <https://esc.nccu.edu.tw/PageDoc/Detail?fid=7801&id=6963>

² <https://www.asie21.com/2023/01/27/taiwan-chine-voeux-2023-la-mue-du-gouvernement-le-slogan-du-dpp-contrer-la-chine-pour-protger-taiwan-%e6%8a%97%e4%b8%ad%e4%bf%9d%e5%8f%b0-se-transforme-en/>

³ <https://www.asie21.com/2022/08/25/menace-chinoise-sur-taiwan-aucune-solution-de-continue-en-perspective/>

menores, no entanto, os mesmos sobrevoos e as mesmas circunavegações da ilha continuaram.

TAIWAN, UM DESAFIO ECONÔMICO

O segundo desafio é econômico de um Estado, quase independente *de facto*, mas não *de jure*, que conseguiu se desenvolver de forma brilhante, levando gradualmente sua sociedade à democracia. Não entraremos em detalhes sobre as relações econômicas entre Taiwan, China, Estados Unidos e outras nações do mundo, particularmente no Indo-Pacífico. Observe-se, no entanto, que são as exportações taiwanesas para o continente que dominam o fluxo comercial. Tal relacionamento só pode encantar a República Popular da China porque se encaixa perfeitamente no esquema comunista de reunificação por voz pacífica.

Taiwan também é objeto de desejo econômico e tecnológico, em particular porque conseguiu desenvolver centros de excelência como o de semicondutores, incluindo a TSMC⁴, líder técnica mundial na área, tornando-se ela própria um desafio. Quanto a dizer que é por causa dos *chips* taiwaneses que a China quer retomar a ilha, há um atalho simplista que alguns observadores usam. O fato é que, nos conflitos de interesse que se desenvolvem em torno desta questão, os objetivos sobre os semicondutores taiwaneses alimentam hoje as tensões entre Pequim e Washington, que gostaria de negar à primeira não apenas o acesso aos chips, mas também proibir a venda a ela das tecnologias que compõem seu processo de fabricação. O que não é nem um pouco do agrado do Japão e da Holanda, eles próprios envolvidos nestes processos, que neste setor específico se recusam ver seus interesses econômicos no comércio com a China prejudicados por causa da medida americana. Daí o atrito entre os Estados Unidos e seus dois aliados.

Taiwan é também um mercado para o equipamento militar entregue por Washington, a preços por vezes considerados exorbitantes para meios que, na perspectiva de um conflito com o Exército de Libertação Popular (PLA), nem sempre respondem adequadamente às prioridades expressas pelos ilhéus. Esses suprimentos também são garantidos de forma elástica, tendo os americanos ao mesmo tempo a preocupação de não fazer Pequim rosnar muito alto. Até então, embora contando francamente com a ajuda de Washington, Taipé havia desenvolvido sua própria indústria de armas, mas de forma insuficiente. Além disso, o governo da ilha está bem ciente hoje da incerteza que pesa sobre uma intenção genuína dos Estados Unidos de se comprometer com sua defesa. Sob o impulso de Tsai Ing-wen, que se tornou presidente em 2016, decidiu-se expandir a indústria de armas nativa, principalmente nos setores aéreo e naval, com o objetivo de compensar as possíveis falhas da ajuda americana. Mas é de se temer que esse impulso venha, sem dúvida, tarde demais.

⁴ TSMC: Taiwan Semiconductor Manufacturing Company.

TAIWAN, UMA QUESTÃO ESTRATÉGICA

O terceiro desafio taiwanês é estratégico. Já foi demonstrado várias vezes que, neste contexto, a geografia é a força motriz. Taiwan é a eclusa que, ao norte, contorna o arquipélago japonês de Ryukyu e, ao sul, a cadeia de arquipélagos dos estados filipino e indonésio, até Singapura. Ao norte, as Ryukyu comandam, através dos muitos estreitos que os atravessam, o acesso ao Pacífico a partir do Mar da China Oriental. São por isso um constrangimento para as passagens da marinha chinesa que não hesita em atravessá-los frequentemente e explorá-los ao mesmo tempo. O mesmo acontece ao sul, onde o Mar do Sul da China oferece ainda menos possibilidades: o Estreito de Bashi entre Taiwan e as Filipinas em direção ao Pacífico, os Estreitos de Sunda e Lombok através do arquipélago indonésio em direção aos oceanos Índico e Pacífico e o Estreito de Malaca ao Oceano Índico. É, portanto, essencial para Pequim conseguir romper a barreira taiwanesa, cuja conquista lhe daria uma base a partir da qual, livre de constrangimentos geográficos, poderia desdobrar suas forças navais e aéreas em direção ao Pacífico sem impedimentos. Por seu lado, os americanos, enquanto tentam forçar Taipé a proclamar a sua independência, não parecem ter compreendido que um retorno de Taiwan à República Popular da China daria pleno alcance à ameaça estratégica chinesa contra eles, em particular os submarinos, sejam de ataque ou dissuasão nuclear⁵. Seria, portanto, mais sensato para sua segurança se Washington evitasse provocar o cenário do retorno forçado de Taiwan à China.

POTENCIAL DE ATAQUE DA RPC A TAIWAN

Ainda assim, no estado atual dos acontecimentos, apesar do novo discurso de Tsai Ing-wen, a relativa moderação que Joe Biden parece mostrar ao reduzir um pouco as operações aéreas e navais dentro e acima dos mares da China Oriental e Meridional e do Estreito de Taiwan, a tensão permanece alta entre as duas costas, bem como entre a China e os Estados Unidos. Como resultado, há muitas reflexões sobre o potencial de um ataque da China comunista a Taiwan, com o desenrolar da batalha na Ucrânia alimentando os temores.

Nesse pior cenário, exceto se por exceção o PLA demonstrasse uma bela capacidade de limitar estritamente sua agressão apenas ao território taiwanês, um verdadeiro desafio, o Japão e as Filipinas estão bem cientes de que inevitavelmente sofreriam danos colaterais: o Japão ao sul do Ryukyu, até o centro onde está Okinawa, porto base da 7ª frota americana, e as Filipinas na província de Luzon ao norte e suas pequenas ilhas que se estendem até o sul de Taiwan.

CONSCIENTIZAÇÃO FILIPINA SOBRE DANOS COLATERAIS FATAIS

Nessa consciência, as Filipinas, com seu novo presidente em exercício desde 30 de junho de 2022, Ferdinand Marcos Júnior, começaram a reparar suas relações de cooperação militar com Washington prejudicadas pelo representante anterior,

⁵ <https://www.asie21.com/2021/02/05/avant-que-ne-saute-le-verrou-taiwanais/>

Rodrigo Duterte. A serenidade voltou aos exercícios conjuntos e os Estados Unidos mantêm sua posição predominante como fornecedor de armas ao país.

Parece também que está tomando forma um projeto de realocação permanente de soldados americanos na base de Subic Bay, como acontecia até 1992, antes de serem expulsos. Esta seria uma grande mudança a partir de hoje, onde as unidades hospedadas só podem estacionar de forma rotativa em cinco bases abertas a elas sob o Acordo bilateral de Forças Anfitriãs⁶. Nesse ínterim, os dois aliados anunciaram em 1º de fevereiro de 2023 que estava em negociação a concessão de acesso a quatro bases adicionais às forças dos EUA.

Deve-se observar também que tal retomada da cooperação militar não se baseia apenas no potencial risco chinês no norte de Luzon, mas também na necessidade de Manila tentar limitar as atividades ilegais abusivas de Pequim em sua zona econômica exclusiva (ZEE), no Mar do Sul da China e fora de suas costas orientais no Mar das Filipinas. A este respeito, as duas partes acabam de acordar um projeto para retomar as patrulhas marítimas conjuntas em águas sob direitos soberanos filipinos.

CONSCIÊNCIA JAPONESA DE DANOS COLATERAIS PREVISÍVEIS

Os japoneses, por sua vez portadores da síndrome ucraniana⁷, decidiram ampliar sua defesa, não apenas para conter os riscos chineses ao sul do Ryukyu, mas também para se defender de um ataque geral contra eles⁸, uma agressão da qual os russos, em coordenação com os chineses, poderiam participar. Algo que os dois parceiros estão realmente preparando, realizando vários exercícios aéreos e navais anuais nos mares da China Oriental, do Japão e circunavegando o arquipélago japonês.

As autoridades japonesas analisaram claramente que, no caso de uma tentativa de invasão armada chinesa contra Taiwan, seu país está na linha de frente e que é preciso se preparar para enfrentar a ameaça. Decidiram então, com o apoio do parlamento, aumentar em cinco anos, a partir de 2021, o orçamento da defesa para elevá-lo para 2% do PIB em vez de 1% até então. Em 2022, esse orçamento chega a 1,1%, equivalente a 54,9 bilhões de dólares⁹.

O sistema de defesa está sendo reabilitado com a redistribuição de unidades militares no setor sul do Ryukyu para fortalecê-lo. Começou em 2016¹⁰. Quanto aos equipamentos, sem listar o *status* dos programas em andamento, 1.500 mísseis, ou seja, 500 Tomahawks e 1.000 T2 aumentados pela Mitsubishi, sua fabricante, estão sendo instalados em toda a extensão das Ryukyu. No nível naval,

⁶ *Visiting Forces Agreement*.

⁷ <https://www.asie21.com/2022/07/28/japon-ukraine-le-syndrome-ukrainien/>

⁸ <https://www.asie21.com/2022/11/23/japon-chine-taiwan-apprehensions-japonaises/>

⁹ *Ibid.*

¹⁰ *Ibid.*

está prevista a conversão dos dois porta-helicópteros, JS *Izumo* e JS *Kaga*, em porta-aviões.

Os projetos de aquisição de equipamentos estrangeiros e de cooperação internacional se multiplicam, como no Reino Unido e na Noruega¹¹. As relações militares com os Estados Unidos, que não poderiam ser melhores, estão ainda mais consolidadas. Neste contexto, em outubro de 2022, oito drones de reconhecimento MQ-9 Reaper foram obtidos temporariamente. Em 11 de janeiro de 2023, foi anunciada a decisão de destacar à Okinawa um contingente adicional de fuzileiros navais com cerca de 2.000 militares. Vários exercícios aeronavais, incluindo exercícios de desembarque, continuam a ser realizados com consistência.

A PREPARAÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS E SEUS AUXILIARES PARA UM CONFRONTO

Assim, os Estados Unidos estão se preparando francamente para um possível confronto com a China caso esta decida reconquistar Taiwan pela força. Os jogos de guerra estão em alta. O último¹² foi criado pelo Centro Americano de Estudos Estratégicos e Internacionais (CSIS)¹³, que estudou o problema de acordo com 24 cenários. Tudo conduziu à constatação de uma falha chinesa, por muito pouco, à custa de enormes prejuízos para todas as partes envolvidas. As especulações sobre as datas de um possível ataque chinês também são abundantes: ele pode ser lançado em 2026, segundo o CSIS, em 2035, segundo o Ministério da Defesa de Taiwan, ou em 2049, data do centenário da criação da RPC.

Sabendo que segundo o CSIS as forças americanas em Okinawa e Guam sem dúvida seriam rapidamente destruídas, não podendo os reforços chegar à zona até 70 dias após o início da batalha, é óbvio que para Washington é importante poder ter na linha de frente auxiliares capazes de resistir aos choques iniciais. É nessa ideia que devemos entender a criação da aliança Austrália, Reino Unido e Estados Unidos (AUKUS)¹⁴, com a perspectiva de Canberra de poder abordar as forças da frente mais rapidamente do que os americanos. É por isso que a França foi vítima colateral da traição dos australianos quando denunciaram sem aviso prévio o contrato assinado para o fornecimento de oito submarinos de ataque¹⁵.

PERSPECTIVA DO ENVOLVIMENTO MILITAR DA OTAN

Por enquanto, a integração do Japão em um AUKUS redesenhado não parece estar na agenda. Mas isso não é necessariamente a expressão de um desejo japonês de independência, porque aqui está Tóquio que proclama aos quatro cantos do

¹¹ *Ibid.*

¹² https://csis-website-prod.s3.amazonaws.com/s3fs-public/publication/230109_Cancian_FirstBattle_NextWar.pdf?VersionId=WdEUwJYWlySMPIr3ivhFolxC_gZQuS_OQ

¹³ CSIS: Center for Strategic and International Studies.

¹⁴ AUKUS: Australia, United Kingdom, United States.

¹⁵ <https://www.asie21.com/2021/09/21/chine-australie-la-france-victime-collaterale/>

mundo que precisa de apoio, em particular da OTAN contra a ameaça chinesa, afirmando que “a segurança da Europa e o Indo-Pacífico são inseparáveis”¹⁶. Desde 2016, por meio do personalizado Programa de Parceria e Cooperação Japão-OTAN (IPCP), revisado a cada dois anos, o Japão e a OTAN já estão ligados em termos de cooperação de segurança, uma cooperação limitada a intercâmbios e encontros, mas densa em volume. Baseia-se em múltiplos princípios relacionados com a “manutenção” e “fortalecimento de uma ordem internacional livre e aberta baseada na lei”. A última atualização do IPCP Japão-OTAN data de 26 de junho de 2020¹⁷. Se na sua leitura se constata que na sua aplicação são privilegiadas as trocas de ideias e avaliações da situação, há também os encontros, uma linha do texto que pode muito bem servir de suporte para uma evolução posterior, rumo a um compromisso mais concreto em termos de cooperação material militar. De fato, está escrito: “A OTAN pode considerar fornecer recursos para exercícios japoneses na região do Indo-Pacífico, onde a participação da OTAN seria apropriada”¹⁸. E o apelo do primeiro-ministro Fumio Kishida foi feito porque no dia 31 de janeiro, durante a visita ao Japão de Jens Stoltenberg, secretário-geral da organização, as duas partes declararam o desejo de estreitar suas relações.

Na organização, vários membros sensíveis ao discurso japonês, sem dúvida apoiados pelos Estados Unidos, sem dúvida também cientes da possível ampliação das aberturas oferecidas pelos países IPCP-OTAN abertas no Indo-Pacífico¹⁹, militam por uma contribuição mais concreta no quadro de uma política geral anunciada de manter “um Indo-Pacífico livre e aberto, resiliente, seguro e próspero”. Neste mesmo quadro está implicitamente incluída a preocupação com a preservação da lei nos mares do Extremo Oriente, e por extrapolação está implícita a segurança de Taiwan frente a Pequim. São três estratos estratégicos no modelo de bonecas russas.

Quanto à primeira camada, todos os países do mundo só podem estar de acordo com o objetivo geral de manter a serenidade no Indo-Pacífico. Alguns deles, no segundo estrato, notadamente os ocidentais, só podem estar de acordo em defender o direito internacional do mar diante das reivindicações chinesas ilegais e ilegítimas nos mares da China, do Leste e do Sul, e no Estreito de Taiwan, porque todos fazem parte do Pacífico. Apesar de tudo, há razão para se questionar sobre os limites a serem observados no envolvimento dos Estados nos três estratos estratégicos acima mencionados, quando o terceiro se refere a Taiwan, seja no âmbito de uma organização formal, seja no de relações bilaterais ou multilaterais, ou mesmo sozinho.

Na União Europeia, Alemanha e Holanda defendem uma forte presença da OTAN no Indo-Pacífico²⁰. Ambos afirmam querer “trabalhar dentro da OTAN para

¹⁶ https://www.mofa.go.jp/erp/ep/page4e_001264.html

¹⁷ https://www.nato.int/nato_static_fl2014/assets/pdf/2020/6/pdf/200626-ipcp-japan.pdf

¹⁸ Texto original em inglês: “NATO may consider contributing assets to Japanese exercises in the Indo-Pacific region, where NATO participation would be appropriate.”

¹⁹ Coreia do Sul (21/11/2019); Austrália (21/02/2013); Nova Zelândia (04/06/2012).

²⁰ <https://www.government.nl/documents/publications/2020/11/13/indo-pacific-guidelines>

desenvolver relações com ‘parceiros em todo o mundo’²¹ (incluindo Austrália, Japão, Nova Zelândia e Coreia do Sul)”²², quatro países já envolvidos com a OTAN no âmbito de um IPCP. A Alemanha, sem dúvida sensível à influência americana no quadro da OTAN, continua muito ativa nesse sentido. A visita da fragata *Bayern* a Tóquio em 5 de novembro de 2021 marca o início do desenvolvimento da cooperação militar entre os dois países. Em 4 de novembro de 2022, estamos em um rascunho de acordo de cooperação logística militar. Não é necessariamente óbvio, porém, que são os Estados Unidos que estão pressionando o Japão a implorar uma presença mais forte da OTAN na Ásia-Pacífico, um apoio que poderia ser fornecido principalmente pela organização no quadro de uma aliança de princípios, antes de evoluir para uma aliança militar integrada formal. Mas os cautelosos japoneses, apesar de suas necessidades, se deixariam trancar ali?

A PERSPECTIVA DA FRANÇA

Neste caso, é óbvio que se a OTAN decidisse intervir militarmente no Indo-Pacífico, a França, que é uma potência, fraca sem dúvida, mas potência nesta imensa região oceânica, poderia ser automaticamente esgotada no cumprimento de projetos americanos em relação à China. Enquanto membro da OTAN, e, portanto, parceira indireta dos quatro países abrangidos por um IPCP, o risco para tal tornar-se real no dia em que fosse proposto a estes quatro parceiros elevar os acordos existentes a um nível superior de cooperação de operacionalidade militar no sentido de responder a uma eventual situação de crise agravada ou de guerra.

Se aprovada a política da França no Indo-Pacífico, sozinha ou em colaboração com um ou outro de seus parceiros ou aliados conforme o caso, se aprovada a política francesa para a defesa do mar no Extremo Oriente porque é uma questão de direito internacional que lá é desrespeitada por Pequim, não há razão para que o país se arrisque a se ver arrastado, ao lado dos americanos, a um conflito sino-taiwanês. Provocado por uma declaração unilateral de independência taiwanesa pronunciada sob o efeito de uma poderosa estratégia de influência americana realizada sob o pretexto de defender a república da China contra a ameaça da RPC, esse conflito começaria em primeiro lugar para responder de forma alguma aos verdadeiros interesses taiwaneses.

Na esperança americana de vitória, a batalha travada por intermediários taiwaneses, ou mesmo associados japoneses e australianos, visará antes de tudo reduzir consideravelmente e de forma duradoura o poder chinês, na impossibilidade de conseguir aniquilá-lo completamente. Mas no final, sem que isso seja dito oficialmente, o objetivo final será permitir que os Estados Unidos mantenham sua supremacia global. Evitaremos o termo hegemonia para não cair no discurso polêmico. Aqui, então, para usar um clichê popular, os EUA e seus partidários estão prestes a cair na armadilha de Tucídides.

²¹ “Partners Across the Globe”.

²² <https://china.diplo.de/blob/2381212/5038169e5f7c5eee4136c32ca183f75e/200904-indopazifik-data.pdf>

Este é também o risco para o qual a França pode ser arrastada se a ideia do envolvimento armado da OTAN no Indo-Pacífico se concretizar, um envolvimento provocado sob o impulso de dois Estados europeus, a Alemanha e os Países Baixos que não têm significado militar nesta região do mundo. No entanto, em aplicação da declaração conjunta de intenções assinada em 30 de novembro de 2022 entre o Ministro das Forças Armadas francês e o Secretário de Defesa americano, pelo qual as duas partes reafirmam “a necessidade de fortalecer” sua “cooperação de defesa para permitir” que suas “forças armadas enfrentem juntas” as “ameaças comuns”, a possibilidade é real. Até porque, no artigo 17º, as duas partes se comprometem a “reforçar a parceria estratégica OTAN-União Europeia”. Aplicado ao Indo-Pacífico, parece assim real o risco de a França ser apanhada contra a sua vontade, mas por compromisso assumido e assinado, numa aventura provocada à distância pelos Estados Unidos apoiando a autodeclarada independência taiwanesa frente à RPC. A única salvaguarda contra o risco de desvio observado: “a natureza juridicamente não vinculativa desta declaração”.

A França assume hoje, sozinha ou em colaboração com Estados parceiros, as suas responsabilidades operacionais no Indo-Pacífico, como é o caso na luta contra a pirataria no Golfo de Aden ou na luta contra a pesca ilegal no Pacífico Sul. Já está envolvida neste teatro em termos de consultas e intercâmbios com a OTAN no quadro dos IPCPs. No entanto, cabe a ela zelar para manter sua plena autonomia decisória no que diz respeito à escolha de compromissos na área. É o que, em nível global, sublinhou o presidente francês a 1º de setembro de 2022, no discurso aos embaixadores.

Cabe, em última análise, à França não se deixar dominar e arrastar para atividades operacionais que não correspondem aos seus interesses nem à preservação da paz mundial.

(Nota: este artigo não levou em consideração a hipótese acadêmica de a Coreia do Norte aproveitar a oportunidade oferecida por uma situação confusa resultante da eclosão de um conflito militar sino-taiwanês para atacar a Coreia do Sul e lançar mísseis contra o Japão e os Estados Unidos. Qual a plausibilidade?)

Publicado no [Asie21](#).

***Daniel Schaeffer** é general da reserva do Exército francês. Ex-adido de Defesa das embaixadas francesas na Tailândia, Vietnã e China, também ocupou cargos relacionados às relações militares internacionais (logística operacional, cooperação militar, gerenciamento de crises, inteligência). Depois de uma longa carreira militar, trabalhou para diversas organizações públicas e privadas como consultor para a China e o Sudeste Asiático. Realizou estudos tanto para autoridades de Defesa como para empresas privadas, e participa regularmente em seminários e eventos acadêmicos. É considerado um dos melhores especialistas da França na questão do Mar do Sul da China. É membro do think tank Asie21.
